

ENTREVISTA COM FELIPE MACEDO DE HOLANDA^{1 2}

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima - Como o senhor explica o aparente paradoxo entre a redução da demanda por trabalho, registrada no triênio 2011-2013, em um contexto de desaceleração da economia, e uma ligeira queda da taxa de desocupação da PEA, observada tanto no Plano Nacional como no Estadual?

Felipe Macedo de Holanda - Temos a combinação de fatores estruturais e conjunturais para explicar o aparente paradoxo entre a redução da demanda por trabalho e a queda da taxa de desocupação da PEA no período recente, tanto no nível nacional, quanto no Estado do Maranhão. Do ponto de vista conjuntural, observamos a rápida desaceleração da atividade econômica, especialmente na indústria de transformação, principalmente nos segmentos dos bens duráveis de consumo e bens de capital, com destaque para a automobilística e equipamentos de transporte. Neste caso, sobressaem dois fatores importantes: de um lado, o esmagamento da rentabilidade destes segmentos, diante da elevação de custos (em especial o custo salarial) e, de outro, a pressão sobre o faturamento real, diante da pressão dos importados e da perda de mercados externos, com ênfase para os mercados argentino e norte americano. O momento conjuntural é aquele da mudança de ciclo, no qual já existe a percepção da redução na demanda por contratações por parte dos trabalhadores dos segmentos atingidos (desalento) e os empresários ainda avaliam os custos do corte nos empregos (custos elevados de recontração e treinamento, em caso de possível reversão no ciclo). No caso maranhense, já estamos assistindo a uma forte contração no emprego formal no segmento da construção civil, cujos efeitos já começaram também a ser sentidos no setor terciário, no comércio e nos serviços.

No caso das mudanças estruturais, temos, novamente dois aspectos. Em primeiro lugar, há fatores demográficos que explicam a redução na taxa de crescimento da PEA – basicamente, a redução na taxa de crescimento da População em Idade Ativa (PIA), em função da redução da fertilidade, em um contexto de urbanização crescente, a fase final da transição demográfica no Brasil. Este processo veio para ficar, indicando que a PIA seguirá se expandindo a taxas decrescentes nos próximos anos.

¹ Economista, Doutorando em Políticas Públicas, Professor do Departamento de Economia da UFMA e atual Presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC).

² Entrevistadora: Profa. Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima - Economista, Doutora em Políticas Públicas, Professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O outro fator estrutural que explica a redução da PEA, especialmente nos segmentos mais jovens da massa trabalhadora, relaciona-se ao conjunto de incentivos para a ampliação da escolaridade. Neste ponto, podemos dizer que a conjuntura deverá contaminar a estrutura, a partir deste ano. Em primeiro lugar, porque há um grande contingente de jovens que terminarão os estudos (seja no grau superior ou no caso do ensino técnico) e retornarão a um mercado de trabalho estagnado, pressionando as taxas de desemprego. Em segundo lugar, em um contexto de drástico ajuste fiscal, os incentivos à capacitação dados pelo FIES, ProUNI e Pronatec, entre outros, deverão decrescer em termos reais, aumentando a pressão sobre a oferta de trabalho.

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima - Os dados da PNAD para o triênio 2011-2013 revelam uma nítida tendência de redução da participação dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos tanto na PEA brasileira como na Maranhense. Como o senhor avalia esta tendência?

Felipe Macedo de Holanda - Este fenômeno é resultado, como já apontado, da melhora do incentivo à capacitação dado pela abertura do leque salarial, conforme se avança no grau de escolaridade, e pelos estímulos colocados a partir dos incentivos financeiros à realização de estudos de nível superior e técnico de nível médio. O crescimento real da renda familiar dos extratos mais baixos da pirâmide salarial contribuiu bastante, permitindo a muitos jovens dedicarem uma parcela de tempo maior aos estudos. Outro aspecto importante tem a ver com o impulso dado no Brasil, a partir do final dos anos noventa, para a universalização do ensino fundamental, para a qual foram muito importantes as condicionalidades impostas pelo Programa Bolsa Família, no que tange à presença das crianças na escola, que ampliou o contingente de candidatos aos cursos de técnico de nível médio e de nível superior a partir de meados da década passada. A questão da qualidade do ensino, todavia, fez com que este movimento de rápida ampliação dos anos de escolaridade não tenha se traduzido em uma elevação da produtividade da força de trabalho na mesma velocidade. Neste caso, a estrutura contamina a conjuntura, fazendo com que o mercado de trabalho se torne menos resiliente às forças contra cíclicas dadas pela ampliação dos custos salariais em termos reais, em grande medida decorrentes da política de valorização do salário mínimo e da pressão colocada pelos produtos importados sobre a indústria doméstica.

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima - As três últimas PNADs também apontaram para o aumento da participação das mulheres na população ocupada, tendência que

tem se mostrado mais nítida no Estado do Maranhão do que no conjunto do Brasil. A que o senhor atribui essa maior feminização do mercado de trabalho?

Felipe Macedo de Holanda - Em primeiro lugar, as mulheres estudam mais do que os homens, a taxa de escolarização do contingente feminino é sensivelmente maior, o que cria um diferencial de produtividade a favor das mulheres. Em segundo lugar, no último triênio, a desaceleração foi liderada pela indústria de transformação, inicialmente, e mais recentemente, pela construção civil. Em ambos os setores, e especialmente no caso da construção civil, o contingente de homens é superior ao de mulheres, o que explica a perda da participação do contingente masculino na população ocupada, fenômeno que vem se acelerando no período mais recente. No caso do Estado do Maranhão, o fim do *boom* da construção civil é o fator mais importante a explicar a recente perda da participação do segmento masculino na população ocupada.

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima - Uma outra tendência revelada pela PNAD no triênio 2011-2013 é o aumento real do rendimento médio mensal do trabalhador brasileiro (da ordem de 9,9%) e sobretudo do maranhense (em torno de 19,6%). O senhor considera tal tendência sustentável no atual contexto de desaceleração da atividade econômica?

Felipe Macedo de Holanda - O aumento real do rendimento médio mensal do trabalhador brasileiro e maranhense, fenômeno observado no período 2002 a 2013, não é sustentável. Em grande parte, o fenômeno foi condicionado pelo aumento real do salário mínimo, política que já começa a ser revertida a partir deste ano, como imperativo do ajuste fiscal. Em segundo lugar, porque a retração no emprego iniciou-se por segmentos com salário médio acima da média geral (indústria de transformação) e naqueles em que a escassez relativa de mão de obra qualificada, durante o *boom* da construção civil, forçou a uma rápida elevação do nível salarial real médio, no período compreendido entre 2007 e 2011. Neste caso, o ciclo de desaceleração, que deverá perdurar, na melhor das hipóteses, até pelo menos meados de 2016, contribuirá fortemente para a redução do nível salarial médio geral em termos reais. No caso maranhense, devido ao menor peso destes segmentos na composição da população ocupada, a redução do rendimento médio real dos trabalhadores ocupados deverá ser menos sentida, embora, provavelmente, a taxa de desocupação venha a crescer mais que no plano nacional, devido à maior vulnerabilidade da economia maranhense ao ciclo de queda nas das cotações das *commodities* primárias e à perda de

dinamismo ou mesmo retração das transferências federais constitucionais e voluntárias, que perfazem uma parcela considerável da formação da massa de renda no Estado.

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima - Na sua avaliação, quais as perspectivas para o mercado de trabalho, sobretudo no tocante aos indicadores de emprego e renda, frente as recentes mudanças de orientação da política macroeconômica em direção a um retorno às medidas ortodoxas de cunho recessivo? Mais especificamente, será possível manter a política de valorização do salário mínimo nesse novo cenário?

Felipe Macedo de Holanda - Começando pelo final da pergunta: a elevação real do salário mínimo no Brasil, perseguida entre os anos de 1999 a 2013 foi fruto de uma orientação política respaldada pelas urnas, em um contexto muito favorável, de aceleração do crescimento econômico e de valorização dos termos de intercâmbio, ou seja, barateamento do preço dos produtos importados. Isoladamente, a valorização real do salário mínimo foi o fator mais importante a explicar a redução da desigualdade de renda no Brasil, expressa, por exemplo, na queda do coeficiente de Gini. O limite desta política está sendo colocado pela fraca elevação da produtividade do trabalho, que comprime as margens de lucro das empresas, e pela deterioração fiscal. O Governo Dilma II se vê diante de uma penosa contradição, que se expressa, de um lado, pela pressão de sua base eleitoral, que reivindica a continuidade das políticas distributivas e, de outro, pela acirrada pressão do mercado financeiro, no sentido de sinalizar um ajuste fiscal consistente em simultâneo ao controle da taxa de inflação.

Será um jogo difícil e acidentado, em um contexto de fragmentação política e aprofundamento do escândalo do chamado “Petrolão”. Os operadores do mercado financeiro descrevem a política econômica nesta situação conjuntural como “caminhar em cima de gelo fino”. Uma coisa parece certa, quando delineamos o cenário para o próximo biênio: a massa salarial real e o nível de ocupação deverão registrar retração ou, na melhor das hipóteses, estagnação. E a taxa de desemprego registrará preocupante crescimento.